

EDITORIAL

# Entre a pressa e a definição

Os confetes ainda não tinham sequer chegado perto do vitorioso e uma forte reivindicação já batia à porta do presidente que toma posse no primeiro dia do ano que vem: mudar completamente a direção da política econômica. O pedido variou de tom. Alguns reivindicantes foram direto ao assunto; como o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que decretou, quando ainda faltavam quatro horas para fechar as urnas, o formal passamento da "era Palocci" no governo Lula. Já a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, duas horas depois, reafirmou: "O primeiro momento (da política econômica) acabou. Tivemos um período e passamos por ele".

O dono dos 58,4 milhões de votos esperou o momento certo para "afinar a orquestra". No discurso da vitória, da forma mais objetiva possível, o presidente Lula garantiu: "Nós manteremos uma política fiscal dura, porque eu aprendi, não na faculdade de economia, que a gente não pode gastar mais do que ganha". Para bom entendedor o presidente, ao agradecer os que o elegeram, disse que "o povo sentiu na mesa e no bolso a melhoria da sua vida", óbvia alusão

aos vínculos entre controle da inflação e a massacrante votação que recebeu das camadas mais pobres da população.

Estas considerações não significam que o presidente não tenha a absoluta consciência de que o Brasil quer e precisa crescer mais do que cresceu nos últimos quatro anos. De modo ainda mais

---

**No discurso da vitória Lula avisou que política econômica era decisão do presidente. No final da noite de ontem, ele reforçou a premissa**

---

enfático Lula asseverou: "Ao mesmo tempo tenho a convicção de que a solução não é mais fazer o povo sofrer com ajustes pesados mas que a solução está no crescimento da economia". E concluiu: "Nós queremos crescer e as bases estão dadas".

Porém, é preciso reconhecer que o presidente também conhece os limites deste processo. Primeiro, a queda da inflação para 3%, como prevê o Banco Central depois de auscultar o que pensa o mercado semana após semana, teve o seu custo na previsão de cres-

cimento do PIB. Enquanto a média mundial prevista para 2006 é de 5,1%, o Brasil crescerá pouco mais da metade disso: 3,09%. O resultado dessa fragilidade, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada incumbiu-se de medir: a taxa de desemprego deve ficar neste ano ao redor dos 10%, (a do ano passado foi de 9,3%), uma das mais elevadas dos últimos anos, inclusive do governo Lula. Impulsionada pelo aumento real do salário mínimo, a renda média do trabalhador voltou a crescer, mas ainda é inferior a de 2001, por exemplo.

A taxa de juro real básico ainda é uma das mais altas do mundo, contribuindo para manter elevada a dívida total líquida do setor público que caiu nos três últimos anos, mas em queda ínfima, de 51,7% em 2004, para 51,5% no ano passado, com a previsão de alcançar 50,6% em dezembro. Isto é, a dívida do governo ainda é maior do que a metade da riqueza que os brasileiros produzem a cada ano.

Neste processo, a Formação Bruta de Capital Fixo, o nome que os economistas dão a investimentos, continua a rondar a casa dos 20% no Brasil faz anos, sem alterações substanciais. É

preciso lembrar que os cortes do governo sempre atingem a rubrica investimentos, que se reduziram muito já faz três anos. Os que cobram o crescimento chinês de 10% ao ano devem lembrar que a taxa de poupança naquele país, nos mesmos anos em que as taxas de crescimento foram de dois dígitos, sempre ficou acima de 40%.

Apesar deste quadro, o presidente garantiu no discurso da vitória que continua pretendendo "distribuir renda". Esta é a sua obsessão, correta diga-se de passagem. Porém, qual é o teto do poder distributivo do Bolsa-Família, por exemplo?

Porque esta arquitetura do crescimento é lenta e penosa, o presidente só prometeu trabalho, e não milagres. No meio da tarde a ministra Dilma foi a uma rádio para dizer que não era mesmo a mesma política do passado porque "nós vamos ter de buscar uma maior eficácia no ato de gastar". No começo da noite, como o recado ainda fora insuficiente, nota oficial do Planalto repetiu a todos os interessados, ortodoxos ou desenvolvimentistas, que a nomeação de ministros é exclusiva responsabilidade do presidente. Especialmente a da pasta da Fazenda.